

“Concursos do Portugal 2020 para as empresas abrem para a semana”

Fundos 2015 vai ser o ano de maior execução de fundos europeus desde a integração de Portugal na UE. Serão cerca de quatro mil milhões de euros: do final do QREN e já do Portugal 2020.

Mónica Silveiras

monica.silveiras@economico.pt

“Temos pressa em fazer chegar o dinheiro à economia e faremos tudo o que for necessário e estiver ao nosso alcance”, diz o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional ao Europa.28, programa do Etv. Castro Almeida conformou que o Governo está “a fazer os possíveis para abrir concursos ainda este ano, o que quer dizer na próxima semana, a 29 ou 30”. O responsável por preparar este novo período de programação para 2014-2020 – que permitirá injectar na economia 25 mil milhões de euros – lembrou que “a partir do dia em que as empresas apresentem a sua candidatura aos fundos estruturais, as despesas que fizer daí para a frente são elegíveis”.

As empresas vão ter concursos abertos até final do ano. Quando será lançado este concurso? Estamos a fazer os possíveis para abrir concursos ainda este ano, o que quer dizer na próxima semana, a 29 ou 30. É acredito que ainda vamos conseguir abrir concursos nos últimos dias do ano, porque só podemos abrir concurso depois dos PO aprovados. Tivemos, na passada semana, essa aprovação e agora há que reunir a comissão de acompanhamento do Programa Operacional da Competitividade para aprovar os critérios de selecção e só depois se podem abrir os concursos. Há aqui formalidades que é preciso cumprir, mas é minha convicção que será possível abrir concursos ainda este ano. Estou a falar

dos primeiros concursos porque depois a partir de Janeiro será de forma sequencial para todos os programas.

O dinheiro chegará às empresas a partir de Maio?

Temos pressa em fazer chegar o dinheiro à economia e faremos o que for necessário e estiver ao nosso alcance. Agora felizmente

Governo vai “vender” fundos comunitários

“Vamos andar a vender os fundos comunitários para temos bons projectos e estimular boas candidaturas”, revelou o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. “Não vamos ficar apenas à espera que os promotores apresentem as suas candidaturas”, sublinhou Manuel Castro Almeida. “O objectivo é ir ter com as pessoas e estimular as candidaturas. É um programa de capacitação para que as empresas tenham informação suficiente e possam apresentar boas candidaturas”, concluiu.

as coisas já dependem mais de nós do que da Comissão Europeia, cujo trabalho está concluído. Vamos abrir os concursos e o prazo estabelecido é no máximo 60 dias para a análise das candidaturas. Depois é necessário comunicar às pessoas o resultado da aprovação.

E a partir de que momento são elegíveis as facturas?

A partir do momento em que as empresas apresentam a candidatura e, a partir desse dia, as despesas que fizerem daí para a frente são elegíveis. Muita gente está à espera dos fundos para fazer investimentos que estão em banho-maria.

“Felizmente as coisas já dependem mais de nós do que da Comissão Europeia”. É uma crítica ao tempo que a Comissão levou?

Uma negociação depende das suas partes. Fizemos o que estava ao nosso alcance. Temos, de facto, muita pressa de colocar dinheiro no terreno. A economia precisa destes fundos. As novas regras dão mais competências à Comissão Europeia. Desta vez a programação foi mais ao pormenor, mais ao detalhe do que era tradicional. Isso demorou mais tempo. Poderíamos ter resolvido tudo muito rapidamente dando acordo a tudo o que a Comissão queria.

Quais as áreas onde o braço-de-ferro com a Comissão foi mais intenso?

Não devemos falar em braço-de-ferro. Houve um clima geral de cooperação. A comissão quis entrar em muitos detalhes, pedir muitas referências numéricas. Mas não posso acusar a Comissão de má vontade. De

ambos os lados houve uma postura de cooperação.

A tónica tão forte na inovação e na Investigação e Desenvolvimento (I&D) partiu do Governo ou foi exigência da Comissão?

Foi uma opção do Governo português. Se queremos tornar a nossa economia mais competitiva tem de ser por via da I&D.

A meta colocada não é excessivamente ambiciosa, sobretudo sendo as PME a prioridade do Portugal 2020?

As PME também podem fazer desenvolvimento de novos produtos e é por esse lado que temos de ajustar. Não vale a pena ter ilusões: temos de concorrer com empresas de toda a Europa e todas querem aumentar quotas de mercado. Quem irá à frente são aquelas que investirão mais em I&D de novos produtos ou de novos métodos de fabrico, novos sistemas e nova organização produtiva, em nova cadeia de comercialização, a marca, o design, as patentes. Esse tem de ser o caminho porque a alternativa era competir pelos baixos salários. Não é a solução.

O Governo mantém a expectativa de executar 5% do Portugal 2020 em 2015?

Exactamente. No primeiro ano de execução do QREN foram executados pouco menos de 2%. Em 2015 temos a ambição de executar 5%, ou seja, 1.060 milhões de euros. O ano de 2015 vai ser o ano de maior execução de fundos europeus desde a integração de Portugal na UE, muito próximo de quatro mil milhões de euros. Porque vamos também executar a totalidade do QREN. ■



A regulamentação específica dos fundos ficará pronta em Janeiro. Mas haverá concursos mesmo sem elas. “É o próprio aviso do concurso que vai conter as regras do mesmo”, disse Castro Almeida.

DOSSIERS MAIS QUENTES DA

Fundos dão 200 milhões para pequenos troços de estrada

Portugal conseguiu reservar 200 milhões de euros para financiar pequenos troços de estradas, desde que assegurem uma ligação a parques industriais, plataformas logísticas ou portos. Esta era uma prioridade negativa para Bruxelas que argumentava: nem mais um euro para estradas. No final, reservaram-se 200 milhões para “pequenos troços que estejam relacionados com competitividade e internacionalização da economia”.

HD
Etv

Veja o Europa.28 hoje às 23h00 no canal 16 da NOS, Meo, Vodafone e em www.economico.pt

Portugal pode ir buscar verbas a outros países

Avaliação intercalar vai permitir uma redistribuição de verbas que pode ir até 6%.

“Portugal é um candidato a ir buscar dinheiro comunitário de outros países”, diz o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional ao Económico. Em causa está a revisão intercalar dos fundos, que acontecerá em 2019.

De acordo com as regras comunitárias, “os programas que tiverem atingido melhores resultados vão receber um reforço orçamental daqueles que registaram um pior desempenho”, explica o responsável. Mas esta realocação será feita não só entre os programas operacionais de cada país – ou seja dentro do Portugal 2020 – mas entre países, explica Manuel Castro Almeida.

Esta convicção é sustentada pelo facto de Portugal estar entre os países com melhor taxa de execução dos fundos comunitários do período de 2007-2013, isto é, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Segundo Castro Almeida, a Portugal só faltam executar cerca de 2.800 milhões de euros, ou seja, 8,7% do bolo global. À frente de Portugal está a Lituânia (93,6%) e a Estónia (92,3%) com as mais elevadas taxas de absorção dos fundos, de acordo com os dados mais recentes da Comissão Europeia.

A avaliação é feita em 2019, mas com base nos dados de 2018. Isto porque apesar do quadro comunitário terminar em 2020, tem mais dois anos para ser executado. E o reforço poderá chegar aos 6%.

Os resultados alcançados por cada programa e não com o dinheiro executado por cada um serão a base da avaliação, avança Castro Almeida, como aliás aconteceu no âmbito das reprogramações técnica e estratégica que este Executivo fez do QREN. Perante a constatação de que havia programas que

não estavam a executar bem as verbas que lhes estavam destinadas, o então ministro da Economia Álvaro Santos Pereira pediu autorização a Bruxelas para retirar dinheiro de umas gavetas para colocar noutras. A desistência de avançar com o TGV, por exemplo, libertou uma grande fatia do Programa Operacional Valorização do Território.

No Portugal 2020, as verbas poderão ser transferidas entre programas, mas apenas dentro do mesmo fundo (Feder, Fundo Social Europeu ou Fundo de Coesão), sendo que Bruxelas já deu o seu aval a esta medida. Esta regra ficou mesmo inscrita no Acordo de Parceria.

Castro Almeida sublinha que gostaria que o reforço de verbas fosse feito ao nível das empresas, mas reconhece que é impossível fazer previsões a este nível. ■ M.S.

TRANSFERÊNCIA

Plano Juncker pode receber verbas dos PO

O plano de investimento de Jean-Claude Juncker poderá vir a ser alimentado por verbas realocadas dos Programas Operacionais. Ou seja, os países que não consigam ver os seus PO aprovados em 2015 poderão sofrer uma reafectação de verbas que acabará por alimentar o programa de investimento de Juncker. Por outro lado, a comissão europeia para a Política Regional, em entrevista ao Económico convidou “os Estados-membro a utilizar os fundos ainda disponíveis do período de programa 2007-2013” para “garantir que são utilizados na sua totalidade para apoiar” o Plano Juncker.



NEGOCIAÇÃO

Renovação de escolas vai ter 300 milhões de euros

Outra das prioridades negativas que Portugal inverteu foi o financiamento de escolas. Depois dos abusos cometidos no passado pela Parque Escolar, Bruxelas defendia que deveria ser alocado menos dinheiro a este dossier. Com o argumento de que não devem existir no país escolas de primeira e de segunda, o Executivo conseguiu reservar 300 milhões para renovar escolas. Mas desta vez o dinheiro será alocado através das autarquias e do Ministério da Educação.

Universidades vão ter mil milhões de euros

Portugal garantiu mil milhões de euros para o sistema científico. Um montante superior aos cerca de 400 milhões que o QREN tinha reservados inicialmente, mas que depois foram aumentados para 900 milhões. Bruxelas estava resistente em apoiar a investigação sem ser no meio empresarial, mas a cedência foi feita em troca de regras mais apertadas em termos de selecção, de critérios meritocráticos e incentivando os bolsheiros a transitar das universidades para as empresas.

Grandes empresas com acesso a mais fundos

A prioridade são as PME, mas Portugal conseguiu que Bruxelas adoptasse um conceito alargado de inovação para as grandes empresas, ou seja, inovação ou I&D na área do produto, mas também de materiais e de processos. As empresas com mais de 250 trabalhadores só têm acesso ao Objectivo Temático 1, que tem dois mil milhões de euros, mas este montante é disputado também, numa lógica concorrencial com as PME e o sistema científico.

CONCURSOS PARA FUNDOS EUROPEUS ABREM JÁ NA PRÓXIMA SEMANA

Castro Almeida, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, diz, em entrevista, que tudo está a ser feito "para abrir concursos ainda este ano". Dinheiro vai chegar às empresas em Maio. ➔ P12 E 13

**"PORTUGAL
É CANDIDATO
A IR BUSCAR
DINHEIRO DE
OUTROS PAÍSES"**

